

BOLETIM 127

Brasília, 20 de maio de 2016

IBGE: desemprego sobe em todas as grandes regiões no 1º trimestre

A taxa de desemprego do primeiro trimestre do ano - que ficou em 10,9%, o equivalente a 11,1 milhões de pessoas - subiu em todas as grandes regiões do país, na comparação com o mesmo período de 2015.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada no fim de abril, mas somente nesta quinta-feira (19) detalhada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados indicam que a taxa mais alta de janeiro a março deste ano foi a da região Nordeste, onde passou de 9,6% para 12,8%, entre os três primeiros meses do ano passado e os deste ano - o equivalente a uma elevação de 3,2 pontos percentuais.

No Sudeste, onde está concentrado o maior contingente de trabalhadores, a taxa subiu de 8% para 11,4%, 3,4 pontos percentuais a mais que a aferição anterior; na região Norte, o desemprego aumentou de 8,7% para 10,5%; no Centro-Oeste, de 7,3% para 9,7%; e no Sul, de 5,1% para 7,3%.

Segundo o IBGE, no quarto trimestre de 2015, as taxas haviam sido de 10,5% no Nordeste, 9,6% no Sudeste, 8,6% no Norte, 7,4% no Centro-Oeste e 5,7% no Sul.



Por Estados - Já entre as unidades da federação, as maiores taxas de desemprego no primeiro trimestre foram observadas na Bahia (15,5%), Rio Grande do Norte (14,3%) e Amapá (14,3%). Já as menores taxas ocorreram em Santa Catarina (6%), Rio Grande do Sul (7,5%) e Rondônia (7,5%).

O IBGE informou, ainda, que o nível de ocupação (indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar) ficou em 54,7% para o total do país no primeiro trimestre do ano. Apenas o Nordeste, com taxa de ocupação de 49%, ficou abaixo da média do país.

Nas demais regiões, o nível de ocupação foi de 59,8% no Sul; 58,6% no Centro-Oeste; 55,9% no Sudeste; e 55,0% no Norte. Percentualmente, as maiores taxas de desemprego ficaram com Santa Catarina (60,4%),



Rio Grande do Sul (59,8%) e Mato Grosso do Sul (59,7%).

Já as mais baixas foram anotadas em Alagoas (42,8%), Rio Grande do Norte (46,7%) e Ceará (47,2%).

Carteira de Trabalho - As regiões Sul e Sudeste concentram, percentualmente, os maiores índices de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada. Enquanto a média nacional fechou o primeiro trimestre do ano em 78,1%, nestas duas regiões o percentual no término do primeiro trimestre do ano era de 85,1%, na região Sul, a mais alta taxa de emprego com carteira assinada do país; e no Sudeste de 78,1%. Em ambos, os casos percentuais são superiores à média do país.

No Centro-Oeste, o percentual de empregados com carteira de trabalho de janeiro a março era de 63,5%, e no Norte e Nordeste, de 63,1%, todas abaixo da média nacional.

Já por estados, Santa Catarina ficou com a maior taxa de ocupação de trabalhadores com carteira assinada: 89,1%; Rio de Janeiro (86,3%); São Paulo (85,5%), todos com resultados acima da média de 78,1%. Maranhão (52,5%), Piauí (53,3%) e Paraíba (57,3%) apresentaram os menores índices.

Rendimento - A Pnad Continua constatou, ainda, que no primeiro trimestre do ano o rendimento médio real habitual dos trabalhadores ficou acima da média do Brasil (R\$ 1.966) nas regiões Sudeste (R\$ 2.299), Centro-Oeste (R\$ 2.200) e Sul (R\$ 2.098), enquanto Norte (R\$ 1.481) e Nordeste (R\$ 1.323) ficaram abaixo da média.

Por unidades da Federação, o Distrito Federal apresentou o maior rendimento médio real habitual (R\$ 3.598), seguido por São Paulo (R\$ 2.588) e Rio de Janeiro (R\$ 2.263). Os menores

rendimentos foram obtidos no Maranhão (R\$ 1.032), Piauí (R\$ 1.263) e Ceará (R\$ 1.285).

Já a massa de rendimento médio real habitual dos ocupados (R\$ R\$ 173,5 bilhões para o país) teve como destaque a região Sudeste com massa de rendimento de R\$ 90,6 bilhões; seguido do Sul (R\$ 29,5 bilhões); Nordeste (R\$ 27,6 bilhões); Centro-Oeste (R\$ 15,7 bilhões); e Norte (R\$ 9,8 bilhões)

Sexo e idade - Os homens respondem por 57,4% da população ocupada do país, que fechou o primeiro trimestre do ano em 90,6 milhões de pessoas. Esta predominância foi uma constante em todas as regiões, sobretudo na Norte, onde os homens representavam 61,4% dos trabalhadores. O Sul e o Sudeste são as regiões com maior participação feminina na força de trabalho (ambas em 43,8%).

Os dados da Pnad Contínua indicam que no primeiro trimestre do ano, 66,1% da população fora da força de trabalho eram do sexo feminino. Todas as regiões apresentaram comportamento similar.

Segundo a pesquisa, no Brasil, no primeiro trimestre, 38,6% das pessoas em idade de trabalhar estavam fora da força de trabalho (não trabalhavam nem procuravam trabalho), com a região Nordeste apresentando a maior parcela deste percentual com 43,9%. Os menores percentuais são das regiões Sul (35,4%) e Centro-Oeste (35,2%).

A pesquisa do IBGE mostrou que a análise por grupos de idade aponta que 12,8% dos ocupados eram jovens de 18 a 24 anos, enquanto entre os adultos este percentual chegava a 78,1% entre os adultos de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos de idade. Já os idosos somavam 7,1% dos ocupados.

A região com maior proporção de jovens ocupados é a Norte, onde a população de 18 a 24 anos representava 14,1% dos ocupados.

Nível de Instrução - Por nível de instrução, a pesquisa mostrou, no primeiro trimestre de 2016, que mais da metade dos ocupados no Brasil tinha concluído pelo menos o ensino médio (55%), 29,3% não tinham concluído o ensino fundamental e 17,9% tinham nível superior.

Nas regiões Norte (37,6%) e Nordeste (39%), o percentual de pessoas sem instrução até ensino fundamental incompleto era superior aos das demais regiões. Na região Sudeste (34,4%), o percentual das pessoas que tinham o ensino médio completo era superior aos das demais regiões. O Sudeste (21,6%) apresentou o maior percentual de pessoas com nível superior completo, enquanto o Norte teve o menor (12,2%).

Segundo a pesquisa, 35,9% da população fora da força de trabalho eram compostos por idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade). Jovens com menos de 25 anos de idade somavam 28,2% e os adultos, com idade de 25 a 59 anos, representavam 35,9%.

Fonte: Portal EBC

Em 2015 foram extintas 354,4 mil empresas no país, diz SMPE

No cômputo geral, as estatísticas da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SMPE) informam que em 2015 foram extintas 354,4 mil empresas. Em 2014 foram 278,7 mil,



portanto um aumento de 27%. Se comparado a 2013, quando as empresas extintas foram 212,6 mil, 2015 teve um incremento de 67% no número de empresas extintas.

Ao analisarmos o saldo entre empresas constituídas e extintas os dados são também alarmantes. Em 2013 foram mais 369,6mil, em 2014 aumento de 258,4 mil e em 2015 tivemos apenas um saldo de mais 98,9 empresas. Percentualmente, a queda no número de empresas que se mantiveram em atividade foi de 30% de 2013/14 aumentando para 62% na variação de 2014/2015.

A indústria é o setor que há mais tempo sofreu com a política petista. A indústria de transformação viu extinta, em 2015, um total de 4.451 mil no Estado de São Paulo, conforme dados da Junta Comercial, um acréscimo de 24% em relação a 2014 com 3.584 mil indústrias fechadas.

Na cidade de Guarulhos, numa única semana de março passado, para ficar num exemplo, foram fechadas as metalúrgicas Eaton, Maxion e a Randon. Daniel Ely, diretor da Randon, declarou que a retração no mercado de implementos rodoviários sofre uma retração de 50%. Por conta disso a empresa que chegou a ter

mais de 1.000 trabalhadores, tem hoje apenas 130 deles.

No varejo, em 2015 o setor viu o fechamento de nada menos do que 95 mil lojas, inclusive de grandes e tradicionais redes. Esse debacle significou a perda de 180,6 mil vagas de trabalho, cerca de 12% do total de vagas perdidas no país ao longo do ano.

Empresas de porte são também fortemente afetadas, as lojas Marisa, varejista paulista de moda feminina, em 2015 anunciou o encerramento das suas vendas diretas, de porta em porta, e o fechamento de cerca de 5% das suas lojas.

A maior varejista de móveis e eletrodomésticos do país, controladora das marcas Ponto Frio e Casas Bahia, entre janeiro e setembro de 2015 fechou 70 lojas, reduzindo em 7 mil seu número de funcionários.

As redes de lojas da Hering ou a rede Boticário já anunciaram que vão fechar unidades em 2016.

De acordo com o IBGE, entre novembro e janeiro a indústria Brasileira fechou 1,131 milhão de empregos, num recorde para um trimestre e demonstra qual é o abismo antes referido.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Indústria paulista perde 253,5 mil empregos em apenas um ano, diz Fiesp

A indústria paulista, a maior e mais dinâmica do país, perdeu entre abril de 2015 e abril deste ano 253.500 postos de trabalhos, apurou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em pesquisa divulgada na terça-feira (17).



O resultado é o pior desde o início da série histórica da entidade, em 2006, e representativo do momento arrasador que o país vive. Provocada pela política econômica recessiva conduzida por Dilma, a crise atual derrubou a produção industrial em 11,7% apenas nos primeiros três meses de 2016; o emprego no setor sofreu um baque de 6,2% no ano passado; e o desemprego geral no país alcançou 11 milhões de pessoas em março.

Todos os 22 setores pesquisados sofreram queda em abril na comparação com abril passado, com destaque para a queda de 22% no emprego no setor de metalurgia, de 15% no de produtos têxteis, de 12,22% no setor de máquinas e equipamentos e de 3,2% no segmento de produtos alimentícios.

Apenas na passagem de março para abril, a Fiesp contabilizou a perda de 4.000 empregados no setor produtivo paulista. Além de também ser o primeiro mês de abril negativo da série histórica, o resultado é atípico, já que o período é tradicionalmente marcado pelo início das contratações do ano, explicou a entidade. Do total, 2.309 vagas encerradas eram das montadoras de veículos – aquelas que, além de bilhões em benefícios fiscais concedidos pelo governo federal, reduziram salários de milhares de

trabalhadores com a desculpa de manter os empregos.

Desta forma, o setor já acumula em 2016 a perda de 34.500 postos de trabalho. Otimistas em relação a 2015, os economistas da entidade esperam que o saldo de demissões de 2016 seja de cerca de 165 mil, menor que os 235 mil postos perdidos ano passado.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governadores defendem moratória de um ano na renegociação da dívida

Durante o 28º Fórum Nacional, realizado na terça-feira (17) no Rio, governadores de vários estados defenderam moratória de um ano dos juros de suas dívidas com a União. “Não tem outro jeito. A União deve dar 12 meses de carência e, durante esse período, negociar a dívida dos estados. Os estados estão, hoje, impedidos de fazer qualquer investimento, seja na área social, na área de segurança, na educação, na saúde. Estamos arrecadando para pagar juros da União, que são exorbitantes, e despesas com a Previdência. É uma verdadeira agiotagem”, afirmou o governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles.

“O governo federal teve um déficit, no ano passado, de R\$ 600 bilhões. Um déficit nominal. O déficit primário foi de R\$ 100 bilhões e R\$ 500 bilhões de juros. Quer dizer, a dívida do governo federal é decorrente da taxa de juros que ele mesmo colocou. (...) Nós temos que partir do seguinte suposto, sem uma carência de 12 meses,



nós não conseguimos uma negociação. E os estados não têm dinheiro”, destacou Dornelles, para quem “o povo está pagando imposto para que o Estado pague os juros”.

Ele citou os números da dívida do Rio com a União: “Na década de 1990, quando o Estado do Rio renegociou sua dívida, o valor era de R\$ 22 bilhões. Nós já pagamos R\$ 44 bilhões, e devemos R\$ 71 bilhões. Este ano, as despesas do Governo do Rio devem chegar a R\$ 76 bilhões, com um déficit programado de R\$ 19 bilhões. Deste montante, R\$ 12 bilhões são destinados para o pagamento de aposentados e pensionistas do Rioprevidência, além dos R\$ 10 bilhões do serviço da dívida. Portanto, o nosso déficit significa juros da dívida mais despesas previdenciárias”.

Também participaram do evento promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) os governadores de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), do Rio Grande do Sul, Ivo Sartori (PMDB), de Alagoas, Renan Calheiros Filho (PMDB), de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD), além do secretário da Fazenda de São Paulo, Renato Villela, representando o governador Geraldo Alckmin (PSDB).



Para os governadores, sem a renegociação das dívidas, alguns estados podem entrar em colapso entre 2016 e 2017. “Se nada for feito há um risco iminente de colapso dos serviços públicos”, alertou Raimundo Colombo.

“Algo precisa ser feito porque os estados estão à beira do caos e se não houver renegociação o colapso é emergente”, disse Pimentel. Para Renan Filho, “a União precisa de um plano de renegociação fiscal urgente”. Segundo ele, “foram os estados que fizeram superávits [nos últimos anos]. Como a União não fez [os superávits], os estados tiveram que fazê-lo sem ter condição, ou seja, sem fazer investimento público. O que a União nos impõe é um desmonte do serviço público”.

Renato Villela observou que, sem efetivamente avançar na renegociação da dívida, os estados não terão “tranquilidade” para se reestruturarem.

No final de abril, o pleno do Supremo Tribunal Federal STF decidiu por unanimidade suspender por 60 dias o julgamento dos mandados de segurança impetrados pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais que questionam a taxa de juros a ser aplicada no cálculo do desconto da dívida dos estados e municípios com a União, previsto na Lei Complementar 148 de novembro de 2014.

A decisão prorrogou pelo mesmo prazo as liminares já concedidas. A União está impedida de impor aos estados sanções por inadimplência decorrente da discussão sobre a forma de cálculo dos juros. 11 unidades obtiveram liminares favoráveis: MG, RS, SC, AL, SP, RJ, MS, GO, PA, SE, MT e a prefeitura de Bauru. Há pedidos pendentes da BA, DF, AP e PE.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Nova meta fiscal será votada na terça

O Congresso Nacional fará sessão na terça-feira (24) para votar a nova meta fiscal do governo para 2016, segundo anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros, após reunião com o ministro do Planejamento, Romero Jucá.

O governo estima que o déficit fiscal pode ultrapassar o montante de R\$ 200 bilhões, mas a conta será fechada na sexta-feira (21) e entregue ao Congresso na segunda-feira (23).

— Nós vamos fazer um esforço para, na terça-feira, votarmos a redução da meta. Esperamos receber na segunda-feira e reunir os líderes para conseguirmos rapidamente isso — disse Renan.

Ainda no dia da votação que afastou a presidente Dilma Rousseff, Jucá informou que poderia ser necessário revisar a meta fiscal além do valor enviado pelo governo Dilma ao Congresso, de um déficit de R\$ 96 bilhões. Conforme o ministro do Planejamento, o atual governo não vai repetir o anterior, que, segundo ele, “maquiava os números”.

— Uma das críticas que eu fazia ao governo que saiu era exatamente essa maquiagem de números. A primeira posição para se resolver o problema é reconhecer a verdade. E a verdade dos números será apresentada ao país na próxima segunda-feira — frisou.

Alguns pontos da nova meta fiscal que ainda não foram fechados, de acordo com Jucá, se referem ao balanço da Eletrobras e à negociação das dívidas da União com os estados.

Além da redução da meta fiscal, o ministro do Planejamento também pediu o apoio do



Congresso para a votação de outros projetos considerados importantes pela equipe econômica do novo governo como a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

— É importante aprovar a desvinculação, é uma medida emergencial. Nós vamos depois discutir uma modelagem mais permanente. Isso virá também dentro das novas medidas econômicas para melhorar o investimento e racionalizar os gastos públicos — apontou.

Fonte: Agência Senado

Câmara aprova proposta que amplia saques do FGTS em casos de desastres naturais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7343/10, do Senado, que inclui os deslizamentos de encosta e as quedas de barreira entre os desastres naturais que permitirão ao trabalhador sacar dinheiro da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A relatora na comissão, deputada Tia Eron (PRB-BA), recomendou a aprovação da matéria. A análise na CCJ restringiu-se aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa.

Por tramitar em caráter conclusivo, a proposta seguirá para sanção presidencial, a menos que haja recurso para que seja analisada também pelo Plenário. O texto havia sido aprovado anteriormente também pelas comissões

de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributação.

Atualmente, o Decreto 5.113/04 relaciona os desastres naturais que dão direito ao saque do fundo, como vendavais, tempestades (inclusive de granizo), furacões, trombas d'água, enchentes e inundações provocadas pela invasão do mar. O projeto do Senado altera a Lei 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS.

Pelas normas do FGTS, os trabalhadores atingidos por desastres naturais podem sacar até R\$ 6.220. O benefício é liberado desde que o titular da conta resida na área atingida e esta tenha sido reconhecida pelo governo federal como área em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)